

Sumário

Agradecimentos.....	9
Apresentação.....	11
Nota do Autor à Décima Terceira Edição.....	13
Nota do Autor à Décima Segunda Edição.....	15
Nota do Autor à Décima Primeira Edição.....	17
Nota do Autor à Décima Edição.....	19
Nota do Autor à Nona Edição.....	21
Nota do Autor à Oitava Edição.....	23
Nota do Autor à Sétima Edição.....	25
Nota do Autor à Sexta Edição.....	27
Nota do Autor à Quinta Edição.....	29
Nota do Autor à Quarta Edição.....	31
Nota do Autor à Terceira Edição.....	33

Capítulo 1

Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais.....	53
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	53
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	56
1.4. Garantia do juiz natural.....	61
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa.....	66
1.6. Garantia da igualdade de partes.....	70
1.7. Garantia do estado de inocência.....	72
1.8. Garantia da motivação.....	78
1.9. Garantia da publicidade.....	86
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição.....	89
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	92
1.12. Garantia do devido processo legal.....	100
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais.....	101
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	108
1.14.1. Características.....	108
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	109
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz.....	109

Capítulo 2

Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	117
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	118
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos.....	123
2.1.2.1. Normas sobre procedimento.....	124
2.1.2.2. Normas sobre prova.....	124
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	125
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade.....	128

2.2.	A lei processual penal no espaço.....	129
2.3.	Interpretação da lei processual penal.....	131

Capítulo 3

Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1.	Noções gerais	135
3.2.	Inquérito policial: finalidade.....	136
3.3.	Inquéritos extrapoliciais.....	137
3.4.	Natureza jurídica e características	137
3.5.	Dispensabilidade do inquérito.....	142
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial	143
3.7.	Início do inquérito policial.....	145
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies	149
3.9.	Diligências.....	149
3.10.	Identificação criminal.....	152
3.11.	Indiciamento.....	155
3.12.	Incomunicabilidade do preso	156
3.13.	Término do inquérito policial.....	156
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	160
3.15.	Vícios do inquérito policial	164
3.16.	Valor probatório	165
3.17.	Investigação pelo Ministério Público.....	167
3.18.	Investigação pela defesa.....	170
3.19.	“Juiz das Garantias”	173
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	174
3.19.2.	Função e momento de atuação	175
3.19.3.	Processos em que não haverá atuação do juiz das garantias.....	178
3.19.3.1.	Processos de competência originária dos tribunais.....	180
3.19.3.2.	Processos de competência do Tribunal do Júri.....	182
3.19.3.3.	Processos da Lei Maria da Penha	183
3.19.4.	O rol de competências.....	184
3.19.5.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa	189
3.19.6.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo.....	190
3.20.	Acordo de não persecução penal	192

Capítulo 4

Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação.....	203
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação	203
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação	204
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação	204
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman	205
4.2.	Condições da ação penal	205
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	206
4.2.2.	Interesse de agir	208
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	210
4.2.4.	Justa causa para a ação penal	211
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	218
4.3.	Classificação da ação penal	223
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada	223
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação.....	225

4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal.....	225
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal.....	227
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal.....	227
4.4.	Ação penal pública incondicionada.....	228
4.4.1.	Noções gerais.....	228
4.4.2.	Princípios.....	228
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido.....	229
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	231
4.7.	Ação penal de iniciativa privada.....	232
4.7.1.	Princípios.....	232
4.7.2.	Queixa.....	233
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal.....	234
4.8.1.	Decadência.....	234
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa.....	235
4.8.3.	Perdão do ofendido.....	236
4.8.4.	Perempção.....	237
4.9.	Denúncia ou queixa.....	238
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa.....	238
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias.....	239
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	240
4.9.1.3.	Classificação do crime.....	241
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	242
4.9.1.5.	Elementos autenticativos.....	242
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	242

Capítulo 5

Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais.....	247
5.2.	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização.....	247
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i>	248
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis.....	249
5.5.	Sentença condenatória e o responsável civil.....	252
5.6.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária.....	253
5.7.	Rescisão do julgado penal.....	254
5.8.	Efeitos civis da absolvição penal.....	254
5.8.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude.....	257
5.8.1.1.	Legítima defesa.....	257
5.8.1.2.	Estado de necessidade.....	258
5.8.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal.....	258
5.8.1.4.	Exercício regular de direito.....	259
5.9.	Vinculação da absolvição e contraditório.....	259

Capítulo 6

Competência

6.1.	Noções gerais.....	263
6.2.	Concretização da competência.....	264
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	268
6.4.	Critérios de distribuição de competência.....	269
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	274
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domicílio da vítima.....	278

6.4.3.	Competência pela prevenção	281
6.4.4.	Competência pela natureza da infração	282
6.4.5.	Competência pela distribuição	283
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função	285
6.5.	Prorrogação da competência	289
6.5.1.	Noções preliminares.....	289
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	291
6.5.3.	Conexão.....	292
6.5.4.	Continência.....	295
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência	296
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalecente	301
6.5.7.	Desaforamento	305
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos	305
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	306

Capítulo 7 **Sujeitos processuais**

7.1.	Juiz	313
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juízes.....	313
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos	315
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	318
7.1.1.3.	Procedimento	319
7.1.1.4.	Efeitos	319
7.1.2.	Suspeição do juiz.....	320
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição	320
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	322
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito.....	322
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados	322
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	323
7.3.	Ministério Público.....	324
7.3.1.	Natureza jurídica	324
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial”	324
7.3.3.	Princípios do Ministério Público.....	326
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público	327
7.4.	Autoridade policial.....	328
7.5.	Acusado.....	328
7.5.1.	Questões terminológicas	328
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	329
7.5.3.	A autodefesa do acusado.....	329
7.5.4.	Revelia do acusado	330
7.6.	Defensor	330
7.6.1.	Defesa técnica	330
7.6.2.	Finalidade da defesa	330
7.6.3.	Aspectos terminológicos	331
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	331
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica.....	332
7.7.	Curador	333
7.7.1.	Finalidade.....	333
7.8.	Assistente de acusação	334
7.8.1.	Finalidade.....	334

7.8.2.	Cabimento	335
7.8.3.	Momento	336
7.8.4.	Legitimados	337
7.8.5.	Poderes do assistente	339
7.8.6.	O assistente e a testemunha	341

Capítulo 8

Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes	347
8.2.	Questões prejudiciais	348
8.2.1.	Noções gerais	348
8.2.2.	Classificações	349
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas	350
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas	352
8.2.5.	Legitimados	354
8.2.6.	Momento de arguição	354
8.2.7.	Recurso	354
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade	355
8.3.1.	Exceção de suspeição	355
8.3.1.1.	Abstenção do juiz	356
8.3.1.2.	Legitimados	356
8.3.1.3.	Momento da arguição	356
8.3.1.4.	Procedimento	357
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados	359
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público	359
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	360
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial	360
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades	360
8.3.2.1.	Procedimento	360
8.4.	Da exceção de incompetência	361
8.4.1.	Hipóteses de incompetência	361
8.4.2.	Abstenção do juiz	362
8.4.3.	Legitimados	362
8.4.4.	Momento da arguição	363
8.4.5.	Procedimento	363
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada	364
8.5.1.	Distinção	364
8.5.2.	Legitimados	366
8.5.3.	Momento de arguição	366
8.5.4.	Procedimento	366
8.5.5.	Recurso	367
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte	368
8.6.1.	Cabimento	368
8.6.2.	Legitimados	368
8.6.3.	Momento de arguição	368
8.6.4.	Procedimento	369
8.6.5.	Recurso	369
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas	370
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas	370
8.7.2.	Legitimados	371

8.7.3.	Momento	371
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida	372
8.7.5.	Requisitos	372
8.7.6.	Procedimento.....	373
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	375
8.7.8.	Natureza jurídica	375
8.8.	Incidente de falsidade documental.....	376
8.8.1.	Cabimento.....	376
8.8.2.	Legitimados.....	378
8.8.3.	Momento	379
8.8.4.	Procedimento.....	379
8.9.	Incidente de insanidade mental.....	381
8.9.1.	Cabimento.....	381
8.9.2.	Legitimados.....	382
8.9.3.	Momento	383
8.9.4.	Procedimento.....	383
8.9.5.	Resultado do laudo	385

Capítulo 9 **Comunicação dos atos processuais**

9.1.	Atos de comunicação processual	391
9.2.	Citação.....	391
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação	391
9.2.2.	Citação por mandado.....	392
9.2.3.	Citação por edital.....	397
9.2.4.	Citação com hora certa	400
9.2.5.	Citação e revelia	402
9.2.6.	Vícios da citação.....	404
9.3.	Intimação	404

Capítulo 10 **Da prova**

10.1.	Teoria geral da prova	409
10.1.1.	Noções preliminares.....	409
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade.....	409
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova	414
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova	415
10.1.4.1.	Meios de prova	416
10.1.4.2.	Meios de obtenção de prova	417
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala	418
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	419
10.1.7.	Prova emprestada	422
10.1.8.	Objeto da prova.....	426
10.1.9.	Momentos probatórios	426
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas	428
10.1.11.	Provas ilícitas.....	431
10.1.11.1.	Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções.....	431
10.1.11.2.	Uma proposta de conceituação das provas ilícitas	433
10.1.11.3.	Prova ilícita por derivação	437
10.1.12.	Prova por videoconferência.....	438

10.1.13.	Sistemas de valoração da prova	441
10.1.13.1.	O valor dos elementos informativos do inquérito policial	443
10.1.13.2.	O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração	444
10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis	446
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos <i>standards</i> probatórios	449
10.1.14.1.	Noções gerais	449
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável”	451
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável”	454
10.1.15.	Ônus da prova	470
10.1.15.1.	Noções gerais	470
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies	470
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime	472
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias	476
10.2.1.	Conceito	476
10.2.2.	Características	477
10.2.3.	Classificações	477
10.2.4.	Perito	477
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito	478
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto	479
10.2.7.	Procedimento probatório	481
10.2.8.	Valor probatório	483
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova	484
10.2.9.1.	Conceito e finalidade da cadeia de custódia	484
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia	486
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia	489
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital	493
10.3.	Interrogatório	497
10.3.1.	Natureza jurídica	497
10.3.2.	Características	498
10.3.3.	Local do interrogatório	500
10.3.4.	Procedimento e conteúdo	500
10.3.5.	Valor probatório	501
10.4.	Confissão	501
10.4.1.	Conceito e elementos	501
10.4.2.	Natureza jurídica	502
10.4.3.	Classificações	502
10.4.4.	Características	502
10.4.5.	Valor probatório	503
10.5.	Delação ou chamamento do corréu	504
10.5.1.	Conceito	504
10.5.2.	Natureza jurídica	504
10.5.3.	Requisitos	505
10.5.4.	Valor probatório	505
10.5.5.	Da colaboração premiada	506
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada	507
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo	509
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração	512

10.5.5.4.	O conteúdo do acordo.....	514
10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo	516
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada.....	526
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada.....	526
10.6.	Declarações do ofendido	530
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal	530
10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas.....	530
10.6.3.	Natureza jurídica	531
10.6.4.	Procedimento probatório	531
10.6.5.	Valor probatório	532
10.7.	Prova testemunhal.....	533
10.7.1.	Conceito	533
10.7.2.	Características.....	533
10.7.3.	Classificações	534
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor	535
10.7.5.	Lugar do depoimento	536
10.7.6.	Procedimento probatório	537
10.7.7.	Contradita	539
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal	540
10.8.	Acareação	544
10.8.1.	Conceito e características	544
10.8.2.	Procedimento probatório	544
10.8.3.	Valor probatório	546
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa	546
10.9.1.	Conceito	546
10.9.2.	Procedimento.....	547
10.9.3.	Valor probatório	549
10.10.	Prova documental	553
10.10.1.	Conceito	553
10.10.2.	Características.....	553
10.10.3.	Espécies.....	554
10.10.4.	Documento eletrônico	554
10.10.5.	Procedimento probatório	555
10.10.6.	Valor probatório	556
10.11.	Indícios e presunções.....	557
10.11.1.	Conceito	557
10.11.2.	Raciocínio indiciário.....	557
10.11.3.	Valor probatório	558
10.11.4.	Indícios e presunções	558
10.11.5.	Espécies de presunções	559
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	560
10.11.7.	Presunções absolutas.....	561
10.12.	Busca e apreensão.....	561
10.12.1.	Busca domiciliar	562
10.12.2.	Busca pessoal.....	566
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão	569
10.13.	Interceptação telefônica.....	571
10.13.1.	Questões terminológicas	571
10.13.2.	Disciplina constitucional	573
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996.....	577
10.13.4.	Natureza jurídica da medida	578

10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica	578
10.13.6.	Legitimados e momento	580
10.13.7.	Juiz e competência	581
10.13.8.	Procedimento probatório	583
10.13.9.	Valor probatório	588
10.14.	Interceptação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos	590
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos.....	590
10.14.2.	Natureza jurídica da medida	592
10.14.3.	Fundamento constitucional	592
10.14.4.	Espécies de interceptações ambientais	595
10.14.5.	Requisitos para a interceptação ambiental.....	598
10.14.6.	Procedimento probatório	601

Capítulo 11

Sentença e coisa julgada

11.1.	Sentença	607
11.1.1.	Conceito	607
11.1.2.	Classificação e denominações	607
11.1.3.	Requisitos da sentença	608
11.1.4.	Sentença absolutória	611
11.1.5.	Sentença condenatória.....	612
11.1.6.	Intimação da sentença.....	618
11.1.7.	Efeitos da sentença.....	619
11.2.	Correlação entre acusação e sentença	620
11.2.1.	Noções gerais	620
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383)	621
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	622
11.3.	Coisa julgada.....	628
11.3.1.	Noções gerais	628
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	629
11.3.3.	Coisa julgada material.....	630
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada.....	630
11.3.4.1.	Problemas específicos	632
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	633
11.3.5.1.	Problemas específicos	634

Capítulo 12

Do processo

12.1.	Natureza do processo	639
12.2.	Objeto do processo penal	644
12.2.1.	A irrelevância da lide penal	644
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material	651
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	655
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais.....	658

Capítulo 13

Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1.	Noções preliminares	665
13.2.	Do procedimento comum ordinário.....	668
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	668

13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar	669
13.2.3.	Citação do acusado	671
13.2.4.	Resposta	671
13.2.5.	Absolvição sumária	675
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa	677
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	679
13.2.7.1.	Declarações do ofendido	679
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	679
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos	683
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas	683
13.2.7.5.	Interrogatório	684
13.2.7.6.	Diligências complementares	685
13.2.7.7.	Alegações finais	686
13.2.7.8.	Sentença	688
13.3.	Procedimento sumário	691
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário	692
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538)	692
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais	694
13.4.1.	Noções preliminares	694
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo	695
13.4.3.	Processo penal consensual	696
13.4.3.1.	Composição civil	697
13.4.3.2.	Representação do ofendido	697
13.4.3.3.	Transação penal	698
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo	703
13.4.4.	Procedimento	707
13.4.4.1.	Termo circunstanciado	708
13.4.4.2.	Audiência preliminar	709
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento	712
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri	716
13.5.1.	Noções preliminares	716
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro	717
13.5.2.1.	Plenitude de defesa	717
13.5.2.2.	Sigilo das votações	718
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos	719
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida	719
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação	722
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa	722
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação	722
13.5.3.3.	Citação do acusado	722
13.5.3.4.	Resposta	723
13.5.3.5.	Réplica	723
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397	723
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	724
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido	725
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa	725
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconheci- mento de pessoas ou coisas	726
13.5.3.7.4.	Interrogatório	726
13.5.3.7.5.	Alegações finais	726
13.5.4.	Pronúncia	728

13.5.5.	Impronúncia	733
13.5.6.	Absolvição sumária	734
13.5.7.	Desclassificação	736
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares.....	738
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa	739
13.5.10.	Preparação do processo	740
13.5.11.	Desaforamento	740
13.5.12.	Aceleração do julgamento	744
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	744
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri	745
13.5.15.	Formação e convocação do júri.....	748
13.5.16.	Do julgamento pelo júri	748
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas	748
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação	750
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	751
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados.....	751
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas	754
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados.....	755
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas	755
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos	756
13.5.16.9.	Leitura de peças	757
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado	759
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	760
13.5.16.12.	Debates orais	761
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos	764
13.5.16.14.	Juntada de documentos	766
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	768
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença.....	768
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos.....	769
13.5.16.18.	Sala secreta	770
13.5.16.19.	Quesitos.....	770
13.5.16.20.	Votação dos quesitos	775
13.5.16.21.	Sentença.....	776
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença.....	779
13.5.16.23.	Leitura da sentença.....	781
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares.....	782
13.6.1.	Noções gerais	782
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial.....	782
13.6.3.	Ação penal subsidiária	783
13.6.4.	Sentença declaratória da falência.....	783
13.6.5.	Recebimento da denúncia	784
13.6.6.	Competência do juiz criminal	784
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	785
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial	785
13.7.2.	Cabimento do procedimento	786
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função.....	787
13.7.4.	Denúncia	787
13.7.5.	Resposta escrita.....	788
13.7.6.	Recebimento da denúncia	790
13.7.7.	Rejeição da denúncia.....	791

13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra	792
13.8.1.	Noções gerais	792
13.8.2.	Cabimento	793
13.8.3.	Audiência de reconciliação	793
13.8.4.	Exceção da verdade	796
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato	798
13.8.6.	Pedido de explicações	799
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	801
13.9.1.	Noções gerais	801
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada	802
13.9.2.1.	O exame pericial	802
13.9.2.2.	Ação penal	805
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública	808
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial	810
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas	812
13.10.1.	Noções gerais	812
13.10.2.	Procedimento de drogas	813
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes	814
13.10.4.	Inquérito policial	814
13.10.5.	Oferecimento da denúncia	816
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia	817
13.10.7.	Notificação	818
13.10.8.	Resposta	818
13.10.9.	Diligências	819
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação	820
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária	822
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento	823

Capítulo 14 **Nulidade dos atos processuais**

14.1.	Noções gerais	835
14.2.	Atos inexistentes	836
14.3.	Nulidades absolutas	840
14.4.	Nulidades relativas	840
14.5.	Princípios relativos às nulidades	841
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas	841
14.5.2.	Princípio da causalidade	843
14.5.3.	Princípio do interesse	843
14.6.	Nulidades cominadas no CPP	844
14.7.	Convalidação dos atos processuais	852
14.8.	Meios para alegar as nulidades	854

Capítulo 15 **Recursos**

15.1.	Teoria geral dos recursos	859
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso	859
15.1.2.	Conceito e classificações	860
15.1.3.	Princípios relativos aos recursos	861
15.1.3.1.	Taxatividade	861
15.1.3.2.	Unirrecorribilidade das decisões	861
15.1.3.3.	Fungibilidade recursal	862

15.1.3.4.	Dialeticidade	865
15.1.3.5.	Disponibilidade	865
15.1.3.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias	866
15.1.3.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	867
15.1.4.	Efeitos dos recursos	869
15.1.4.1.	Efeito devolutivo	870
15.1.4.2.	Efeito suspensivo	870
15.1.4.3.	Efeito regressivo ou iterativo	873
15.1.4.4.	Efeito extensivo	873
15.1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	874
15.1.5.1.	Juízo de admissibilidade	874
15.1.5.2.	Juízo de mérito	875
15.1.6.	Requisitos de admissibilidade	876
15.1.6.1.	Cabimento	876
15.1.6.2.	Tempestividade	877
15.1.6.3.	Regularidade formal	882
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	883
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos	883
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos	886
15.1.6.5.	Legitimidade	888
15.1.6.6.	Interesse	891
15.2.	Apelação	894
15.2.1.	Noções gerais	894
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade	894
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593	894
15.2.2.2.	Tempestividade	898
15.2.2.3.	Regularidade formal	899
15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	900
15.2.2.5.	Legitimidade	901
15.2.2.6.	Interesse	901
15.2.3.	Procedimento	901
15.2.4.	Efeitos da apelação	902
15.3.	Recurso em sentido estrito	906
15.3.1.	Noções gerais	906
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade	907
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581	907
15.3.2.2.	Tempestividade	913
15.3.2.3.	Regularidade formal	913
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	914
15.3.2.5.	Legitimidade	915
15.3.2.6.	Interesse	915
15.3.3.	Procedimento	915
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito	916
15.4.	Embargos de declaração	917
15.4.1.	Noções gerais	917
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade	918
15.4.2.1.	Cabimento	918
15.4.2.2.	Tempestividade	920
15.4.2.3.	Regularidade formal	920
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse	920
15.4.3.	Procedimento	921

15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração.....	921
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	923
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração	924
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades	925
15.5.1.	Noções gerais	925
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade.....	926
15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	926
15.5.2.2.	Tempestividade.....	927
15.5.2.3.	Regularidade formal.....	929
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	929
15.5.3.	Procedimento.....	929
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes	930
15.6.	Carta testemunhável	931
15.6.1.	Noções gerais	931
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade	931
15.6.2.1.	Cabimento.....	931
15.6.2.2.	Tempestividade.....	932
15.6.2.3.	Legitimidade.....	933
15.6.3.	Procedimento.....	933
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável	935
15.7.	Correição parcial	935
15.7.1.	Noções gerais	935
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	936
15.7.2.1.	Cabimento.....	936
15.7.2.2.	Tempestividade.....	939
15.7.2.3.	Legitimidade	939
15.7.3.	Procedimento.....	939
15.7.4.	Efeitos da correição parcial	940
15.8.	Recursos especial e extraordinário	941
15.8.1.	Noções gerais	941
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos	942
15.8.2.1.	Cabimento.....	942
15.8.2.1.1.	Questões comuns.....	942
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	946
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial	954
15.8.2.2.	Tempestividade.....	957
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	958
15.8.2.4.	Legitimidade	959
15.8.2.5.	Interesse.....	959
15.8.3.	Procedimento.....	960
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos	962
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	968
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	977
15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	979
15.9.1.	Noções gerais	979
15.9.2.	O agravo no Código de Processo Civil	979
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade	980
15.9.3.1.	Cabimento.....	980
15.9.3.2.	Tempestividade.....	980

15.9.4.	Procedimento.....	981
15.9.5.	Efeitos do agravo.....	981
15.10.	Embargos de Divergência.....	982
15.10.1.	Noções gerais	982
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade	983
15.10.2.1.	Cabimento.....	983
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado	984
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma	985
15.10.2.2.	Tempestividade.....	986
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência.....	986
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo	988
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse.....	989
15.10.3.	Procedimento.....	990
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF.....	990
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	990
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência	991
15.11.	Agravo em execução	992
15.11.1.	Noções gerais	992
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade	992
15.11.2.1.	Cabimento.....	992
15.11.2.2.	Tempestividade.....	993
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse.....	993
15.11.3.	Procedimento.....	993
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução	994

Capítulo 16

Habeas corpus

16.1.	Natureza jurídica	997
16.2.	Notícias históricas	997
16.3.	Tutela jurisdicional.....	998
16.4.	Condições da ação.....	999
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	999
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	1000
16.4.3.	Legitimidade	1006
16.4.3.1.	Legitimados ativos.....	1006
16.4.3.2.	Legitimidade passiva.....	1008
16.5.	Pressupostos processuais.....	1009
16.6.	Competência.....	1011
16.7.	Procedimento	1012
16.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova	1015
16.9.	Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1018
16.9.1.	Requisitos de admissibilidade	1018
16.9.1.1.	Cabimento.....	1018
16.9.1.2.	Legitimidade recursal	1020
16.9.1.3.	Interesse recursal	1021
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo	1021
16.9.1.5.	Tempestividade.....	1021
16.9.2.	Procedimento.....	1021
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1022

Capítulo 17

Revisão criminal

17.1.	Noções gerais	1025
17.2.	Condições da ação	1026
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei	1026
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação	1032
17.2.3.	Legitimidade	1033
17.3.	Pressupostos processuais	1034
17.4.	Procedimento	1035
17.5.	<i>Standard</i> de prova e Ônus da prova	1037
17.6.	Efeitos da sentença absolutória	1038
17.7.	Coisa julgada	1039
17.8.	Indenização pelo erro judiciário	1039

Capítulo 18

Medidas cautelares

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal	1043
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares	1043
18.1.2.	Características das tutelas cautelares	1044
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética	1044
18.1.2.2.	Acessoriedade	1044
18.1.2.3.	Preventividade	1045
18.1.2.4.	Provisoriedade	1045
18.1.2.5.	Cognição sumária	1047
18.1.2.6.	Referibilidade	1048
18.1.2.7.	Proporcionalidade	1049
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais	1049
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais	1051
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal	1052
18.2.	Medidas cautelares pessoais	1056
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais	1057
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares	1057
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada	1059
18.2.1.3.	Contraditoriedade	1062
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva	1062
18.2.1.5.	Cumulatividade	1063
18.2.2.	Prisão em flagrante	1063
18.2.2.1.	Conceito e finalidade	1063
18.2.2.2.	Classificação	1064
18.2.2.3.	Situação de flagrante	1064
18.2.2.4.	Situações especiais	1065
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito	1067
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade ...	1069
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial	1070
18.2.3.	Prisão preventiva	1072
18.2.3.1.	Momento para decretação	1073
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão	1073
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão	1075
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva	1075

18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva	1076
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva	1078
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública	1079
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica	1082
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal	1083
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal	1084
18.2.3.6.5.	O <i>periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão	1085
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1086
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada	1088
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação.....	1089
18.2.3.9.	Prisão domiciliar	1092
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica	1094
18.2.4.	Prisão temporária	1097
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento	1097
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária.....	1099
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária	1099
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária	1099
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária.....	1100
18.2.5.	Audiência de custódia	1101
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia	1101
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH	1101
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz	1102
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH	1107
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia	1108
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia	1109
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão	1113
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva	1113
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares?... ..	1114
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão.....	1115
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade	1117
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão.....	1118
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?	1120
18.2.6.7.	Medidas em espécie.....	1122
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo	1122
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1124
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada	1125
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca.....	1127
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno.....	1128
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira.....	1129
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável	1134
18.2.6.7.8.	Fiança.....	1136
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis	1137
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade.....	1139

	18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança	1140
	18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança.....	1141
	18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança	1142
	18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda	1144
	18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica.....	1147
	18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país	1148
18.2.7.		Liberdade provisória	1149
	18.2.7.1.	Noções gerais	1149
	18.2.7.2.	Natureza jurídica	1150
	18.2.7.3.	Vedação da liberdade provisória.....	1150
	18.2.7.4.	Classificação.....	1151
	18.2.7.5.	Momento	1152
	18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória	1152
	18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude	1152
	18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”	1153
	18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança.....	1154
18.3.		Medidas cautelares patrimoniais	1154
	18.3.1.	Sequestro	1156
		18.3.1.1. Sequestro de bens imóveis	1157
		18.3.1.1.1. Objeto	1157
		18.3.1.1.2. Requisito.....	1158
		18.3.1.1.3. Legitimados.....	1158
		18.3.1.1.4. Momento	1159
		18.3.1.1.5. Finalidade.....	1159
		18.3.1.1.6. Levantamento	1160
		18.3.1.1.7. Influência do resultado do processo condenatório.....	1161
	18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis	1161
	18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1162
	18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1167
	18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revoga- ção	1169
	18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	1171
		18.3.2.1. Objeto	1172
		18.3.2.2. Requisito.....	1172
		18.3.2.3. Legitimados.....	1172
		18.3.2.4. Momento	1173
		18.3.2.5. Procedimento	1174
		18.3.2.6. Finalidade.....	1175
	18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1176
	18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis.....	1177
	18.3.5.	Da alienação antecipada	1178
		18.3.5.1. Finalidade e hipótese de cabimento.....	1178
		18.3.5.2. Procedimento	1179
	18.3.6.	Da utilização dos bens constritos.....	1182
		18.3.6.1. Finalidade e hipótese de cabimento.....	1182
		18.3.6.2. Procedimento	1183
		Referências bibliográficas	1191